

Diplomacia Municipal, que futuro? Novas  
dinâmicas da diplomacia internacional, a partir  
da análise da cooperação entre Macedo de  
Cavaleiros e a Ilha do Sal

Miguel Midões

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

# Índice

<b>1</b>	<b>Metodologias de Investigação</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>Língua Portuguesa – o elo de ligação com Cabo Verde</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>Interesses alheios à cooperação cultural</b>	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>Olhos postos na Europa <i>alheiam</i> Portugal de África</b>	<b>15</b>
<b>5</b>	<b>Política de Cooperação – a visão da ANMP</b>	<b>17</b>
<b>6</b>	<b>Unilateralidade da cooperação</b>	<b>19</b>
<b>7</b>	<b>Diplomacia</b>	<b>21</b>
	7.1 A Origem . . . . .	21
	7.2 Funções . . . . .	23
	7.3 Português: 5ª língua do mundo . . . . .	24
	7.4 Uma nova diplomacia: a cultural . . . . .	25
<b>8</b>	<b>A Cooperação Cultural</b>	<b>29</b>
<b>9</b>	<b>Cooperação Intermunicipal – a solução?</b>	<b>30</b>
<b>10</b>	<b>O acordo de cooperação Macedo – Ilha do Sal</b>	<b>32</b>
	10.1 O protocolo enquanto funcionamento normativo e operativo .	35
	10.1.1 Haverá funcionamento intelectual? . . . . .	38
<b>11</b>	<b>Considerações Finais</b>	<b>44</b>
<b>12</b>	<b>Bibliografia</b>	<b>47</b>
	12.1 Protocolo de Cooperação . . . . .	50

Relações Internacionais e Diplomacia Portuguesa

Mestrado em Ciências da Comunicação

Comunicação Pública, Política e Intercultural

Docente: Dr.ª Carla André Discente: Miguel Midões

2008/2009

# Introdução

*“Onda sagrada di Tejo / Dixám’ bejábu bô água / Deixám’  
dabu um beijo / Um bêjo di mágoa / Um bêjo di sodadi / bô levá  
mar, pá mar leval’ nha terra (...) Terra di nha mãe/ Terra di nha  
cretcheu” – Terra<sup>1</sup>*

*Bêjo di sodade* junta Mariza, conhecida fadista portuguesa e Tito Paris, cantor caboverdiano, no mesmo palco, numa sintonia de saudade, apenas idêntica aos povos com raízes lusas. E é, sem dúvida uma cultura em comum que os faz juntar a ambos no mesmo trabalho, espalhando a saudade portuguesa e caboverdiana como uma só, um pouco por todo o mundo.

No panorama das relações internacionais surgem novas formas de intercâmbio e cooperação, baseadas na descentralização da diplomacia e dos acordos de cooperação, onde o Estado assume um papel menos relevante e onde se pretende destacar o desempenho de outras entidades neste processo. Artistas como Mariza e Tito Paris são agentes sociais que contribuem para uma aproximação cultural entre povos. Contudo, é nas autarquias que vamos centrar o nosso processo de investigação. Tendo em vista a compreensão desta nova forma de diplomacia, pretendemos com o presente trabalho, e através da análise do protocolo de cooperação celebrado entre o município de Macedo de Cavaleiros e a Ilha do Sal (Cabo Verde), e o seu desenvolvimento a vários níveis, tentar compreender esta nova modalidade de *cooperação externa intermunicipal*. Estarão os municípios a conseguir seguir em frente com estes protocolos? Que ajudas têm e de onde vêm? Estão as trocas educativas, culturais e sociológicas a ter sucesso, ou estes protocolos resumem-se a meros acordos políticos, não beneficiando o público-alvo dos mesmos, ou seja, a população?

Beneficiando da mesma língua e de culturas interligadas por um passado histórico, Portugal e Cabo-Verde, ou qualquer país da CPLP (Comunidade dos

---

1. Trecho da letra da música *Beijo de Saudade (Bêjo di sodade)*, do mais recente trabalho de Mariza, intitulado *Terra* e editado em Dezembro de 2008, cantada em parceria com a caboverdiano Tito Paris.

Países de Língua Portuguesa), têm as trocas e as relações facilitadas. Mas, será este um elemento suficiente? E, perante o fenómeno da globalização? Que novos desafios se impõem a ambos os países para que não se perca o elo de ligação que é a língua portuguesa. “A sociedade cabo-verdiana é, no entanto, detentora de padrões de comportamentos e de cultura que destacam, com particular relevo, a sua raiz europeia” (SILVEIRA, 2003: 7).

Com esta investigação, pretende-se não só destacar um conjunto de obras consultadas e investigadas, até ao momento, sobre Cooperação externa, internacional e municipal, mas também proceder a uma pequena análise crítica às formas de cooperação entre municípios da CPLP.

A língua surge aqui como o elemento marcante que ainda hoje nos une aos povos africanos que foram ex-colónias portuguesas e é vista como o factor primordial para mantermos relações a vários níveis com os mesmos. Contudo, tendo em conta que o objecto de estudo é a cooperação intermunicipal cultural, é neste campo que se pretende incidir com mais ênfase. Apresenta-se ainda a Europa como a possível razão do afastamento de Portugal em relação a África e a ânsia da entrada na então CEE (Comunidade Económica Europeia), como o motivo para que hoje as nossas relações culturais com os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e com a CPLP sejam ainda *primárias*.

Foi tudo uma questão de prioridades, e nos anos 70/80, a Europa esteve primeiro. Talvez agora, com uma posição mais sólida de Portugal na União Europeia, e com as atenções voltadas para a entrada dos países do leste, Portugal possa reatar as suas ligações com África, possibilitando não só o desenvolvimento educacional e cultural dos povos *irmãos*, mas também trazer consigo na bagagem novas culturas e horizontes que permitam ser abarcados pelos portugueses. Este passo parece estar agora a ser dado pelos municípios de ambos os lados (Portugal-África), resta estudar a eficácia desta nova relação diplomática.

*“Considerando que a Cultura, a Educação e a Formação Profissional, o Desporto e a Saúde podem ter um efeito multiplicador na criação de condições de bem-estar e desenvolvimento das respectivas comunidades. Os municípios de Macedo de Cavaleiros e do Sal, complementados com os esforços de cooperação dos respectivos governos, decidiram promover a celebração do presente acordo de geminação.” (Acordo de geminação, 2008: 1)<sup>2</sup>*

2. Documento apresentado em anexo 2 com o título: “Acordo de Geminação: Macedo de Cavaleiros – Ilha do Sal (2008).

Em qualquer tipo de acordo, negociação, cooperação ou protocolo está sempre subjacente a diplomacia<sup>3</sup>. A *Diplomacia* é encarada como o conjunto de técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados, de uma forma consensual e pacífica. Por norma é desempenhada pela figura do diplomata e faz parte da dimensão da política externa de um país, digamos que se pode considerá-la como uma ferramenta essencial à política externa. Por isso mesmo, parece pertinente abordar a questão, para que se possa posteriormente desenvolver uma melhor análise do protocolo de cooperação entre Macedo de Cavaleiros e a Ilha do Sal.

Em Portugal, e um pouco à semelhança da União Europeia, as atenções estão agora voltadas para os municípios que estão a tentar exercer esta nova forma de diplomacia, a cultural, e destes novos acordos de cooperação, mais descentralizados. Pouco há escrito acerca do papel que os municípios assumem nesta diplomacia, por contraste com a extensa bibliografia que define como e quando há diplomacia, como e quando devem reagir os Estados perante determinada situação e como contribuem as ONG (Organizações Não Governamentais) para a continuidade das relações diplomáticas.

Surge, acima de tudo na Europa, e um pouco ao abrigo das normas da União Europeia, uma nova dimensão das relações internacionais, uma nova diplomacia, que coloca agora um novo desafio aos municípios, de forma a que a população esteja mais próxima desta cooperação cultural, desta transmissão e assimilação de diferentes culturas. Mas, estarão os municípios a ser capazes de abraçar o projecto? Estão capazes de ser o motor desta nova diplomacia cultural? Embora se mantenham as formas tradicionais da diplomacia, acima de tudo nos campos político e económico, surge uma nova forma de diplomacia, através dos protocolos intermunicipais, que ultrapassa a denominada diplomacia tradicional.

---

3. portuguesPor exemplo, Henry Kissinger foi o responsável máximo pela diplomacia norte-americana, entre 1973-1977, há mesmo quem considere que só o seu nome é polémico, pois está envolvido em acordos como por exemplo aquele que colocou fim à guerra do Vietname. Em Portugal, na sua passagem por Lisboa, a 13 de Maio de 2006, Kissinger confessou que “na altura em que chefiou a diplomacia dos EUA, a sua maior preocupação foi a questão nuclear, pelos efeitos catastróficos de um erro diplomático”, segundo avançava na altura o Diário de Notícias. No mesmo diário, Henry Kissinger, admitia em relação à questão do Irão e da sua produção de armas nucleares que: “O essencial não é derrubar o Governo iraniano pela força militar”, explicou. “O essencial é evitar que armas nucleares se tornem numa ameaça para a Humanidade”. Poucas palavras para explicar aquilo que defende como diplomacia e a forma como a exerceu.

# Capítulo 1

## Metodologias de Investigação

Este trabalho pretende analisar o protocolo de cooperação de Macedo de Cavaleiros com o município da Ilha do Sal, em Cabo Verde e podendo a partir deste avaliar a forma como está a ser desenvolvida esta nova diplomacia acima mencionada e esta nova forma de relações internacionais, descentralizadas. Inclusive pretende-se perceber se os autarcas têm noção de que estão a fazer diplomacia com a assinatura e desenvolvimento dos referidos acordos bilaterais.

Procedeu-se a uma cuidadosa consulta bibliográfica, no sentido de recolher o maior número possível de materiais publicados acerca do assunto.

*“Qualquer investigação, seja qual for a sua dimensão, implica a leitura do que outras pessoas já escreveram sobre a sua área de interesse, a recolha de informações que fundamentem ou refutem os seus argumentos e a redacção das suas conclusões”*  
(BELL, 2004:83)

Depois da recolha do maior número de obras possível, todos os dados serão à posteriori organizados e classificados, de modo a passar ao passo seguinte, que se trata da execução de uma série de entrevistas ou conversas com os elementos envolvidos nos protocolos, nomeadamente ao autarca de Macedo de Cavaleiros, Eng. Beraldino Pinto, ao anterior presidente do executivo macedense, Eng. Luís Vaz, à presidente do Instituto Piaget de Macedo de Cavaleiros, Eng.<sup>a</sup> Maria Helena Chéu, e ainda ao responsável pela divisão da Cultura, Desporto e Educação da Câmara de Macedo, Dr. António Pinto, bem como alguns alunos com quem se consiga estabelecer contacto, reunindo assim um conjunto de informações recolhidas no campo, para que possamos melhor compreender o funcionamento deste tipo de protocolos de cooperação e acordos de geminação, que são estabelecidos entre municípios.

Segundo Bell, a entrevista torna-se vantajosa pela sua adaptabilidade.

“Um entrevistador habilidoso consegue explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos, coisa que um inquérito nunca poderá fazer” (IBID, 2004:137).

O problema das entrevistas reside no facto de ser um processo moroso, acima de tudo quando o número de horas disponíveis para trabalhar no projecto é reduzido.

“Num projecto de 100 horas apenas poderá entrevistar um número relativamente pequeno de pessoas” (IBID, 2004:137).

Tendo em conta que a entrevista se trata de uma técnica bastante subjectiva teremos linha de conta a imparcialidade na análise que será feitas às declarações por nós recolhidas.

Tentar-se-á ainda chegar aos documentos em si, de forma a analisá-los e avaliar o cumprimento dos seus pontos essenciais, bem como reportar as experiências de alguns líderes de opinião macedenses que já foram à Ilha do Sal, no âmbito deste protocolo, como por exemplo o presidente do Centro Cultural de Macedo. Aqui, está-se perante a análise de dados documentais, que neste caso será utilizada como forma complementar, pois para Judith Bell, esta “servirá para complementar a informação obtida por outros métodos, noutros constituirá o método de pesquisa central ou mesmo exclusivo” (IBID, 2004: 101). Este é um método muito utilizado quando o acesso às fontes de informação, ao longo da pesquisa, é dificultado ou mesmo impossível.

Será todo um trabalho de campo que permitirá recolher as “explicações que as pessoas dão para os seus actos e comportamentos” (CARIA, 2002: 99). Há autores como Manuela Ribeiro, investigadora e docente na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que sugerem a criação de um *Caderno Diário*, onde são colocadas todas as notas recolhidas no terreno, para que sejam depois transcritas directamente para a investigação. Outros investigadores, como Luís Silva Pereira, antropólogo e professor no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, lembram que no trabalho de campo existe um envolvimento do investigador que transcende o aspecto pessoal, enveredando por um caminho mais “pessoal, afectivo e emocional” (IBIDEM, 2002: 115).

Recorrendo à experiência no jornalismo, não serão realizadas entrevistas (demasiadamente) formais, onde o entrevistador se comporta como “uma máquina” (BELL, 2004:139), embora haja o compromisso de executá-las de uma forma não muito informal, pois será mais fácil “agregar e quantificar os resultados” e ainda tendo em conta a seriedade do tema. (IBID, 2004:139)



Não há a intenção de realizar entrevistas com estruturas rígidas, mas também não será seguido um modelo de entrevista completamente não estruturada, pois

*“a maioria das entrevistas realizadas na etapa de recolha de dados da pesquisa situa-se algures entre o ponto completamente estruturado e o ponto completamente não estruturado do continuum de formalidade. É importante dar liberdade ao entrevistado para falar sobre o que é de importância central para ele (...) mas, o emprego de uma estrutura flexível, que garanta que todos os tópicos considerados cruciais serão abordados” (IBID, 2004:141).*

É sempre necessário seguir uma estrutura, mas deixar que esta seja flexível, embora tentando sempre que o entrevistado responda de forma concisa e clara e, acima de tudo, que diga informações com interesse público. O papel do investigador é neste tipo de trabalho muito idêntico ao do jornalista, quando este está perante trabalhos de investigação jornalística, pois ambos assumem a mesma finalidade, aprofundar um tema que tenha interesse para os demais.

*“Em qualquer dos casos, o repórter pretenderá obter informações úteis e não banalidades, o que obriga a preparar-se e a cuidar da própria arte de bem conversar. Não se admite, por exemplo, que o entrevistador privilegie as suas ideias, em prejuízo das do entrevistado”. (LOPES, 1993: 104)*

É na reportagem que o jornalista procura minuciosamente a informação, para tal “consulta documentos, ouve testemunhas, descreve ambientes, enfim, coloca o leitor em condições de ajuizar uma realidade que não viu” (IBIDEM, 1993: 99). Há ainda a salientar que as qualidades que Lopes atribui aos jornalistas, podem bem sê-lo também atribuídas aos investigadores sociais:

*“Qualidades pessoais e profissionais do repórter devem ser portanto curiosidade, cultura, sentido de análise e de crítica, capacidade de síntese e reflexão, além de intuição para avaliar e descobrir informações encobertas” (IBIDEM, 1993: 99).*

Para ser fundamentada ainda mais esta ideia recorre-se às explicações de Chaparro (2001), doutor em Ciências da Comunicação, que defende que apenas estamos perante uma boa reportagem de investigação quando existe uma “tríade conjugada de condições”: um bom repórter, um bom tema e um bom motivo. Aproveitam-se estas considerações para, mais uma vez, as associar à investigação no campo das Ciências Sociais, e apenas se substitui o termo

*repórter* por *investigador*, ou seja, também uma boa investigação está sempre dependente de quem a enceta, do assunto escolhido e do motivo que nos leva a investigá-lo.

Já no decorrer do processo de investigação é normal que haja determinadas particularidades situacionais e contextuais que possam influenciar a pesquisa e o acesso às fontes de informação e às informações, por isso a investigadora Manuela Ribeiro frisa que apenas no momento as soluções são encontradas, sendo difícil estabelecê-las ou enumerá-las à priori, pois estas devem ser “relativamente originais e, portanto, muito diversificadas e dificilmente replicáveis” (CARIA, 2003: 100). A mesma autora defende que os ritmos de trabalho que se atravessam numa investigação são díspares, sendo os primeiros tempos, por norma

*“condicionados pela atenção e cuidados requeridos no processo de abrir caminhos em território desconhecido, de forma a minimizar os riscos de dar passos em falso...” (IBIDEM, 2003: 109).*

É com base nestes pressupostos que se propõe avançar na análise dos acordos de cooperação e geminação dos dois municípios identificados anteriormente.

## Capítulo 2

# Língua Portuguesa – o elo de ligação com Cabo Verde

Adriano Moreira, na sua obra *A Nação Abandonada*, encara a língua portuguesa como o elemento que mais nos une ao povo africano, em geral, e é ela também o elemento fundamental para a cooperação, a vários níveis, nacional (estatal), ou mesmo intermunicipal. É a língua que nos possibilita a relação/comunicação com os demais, quer ao nível económico, quer político, educacional e/ou cultural.

*“Resta, nestas terras que foram portuguesas, a língua que, em todo o vasto mapa da descolonização, marca os contornos geográficos da antiga presença de colonizadores” (MOREIRA, 1977: 83).*

Segundo o professor, na sua obra de 1977, poucos anos depois da descolonização portuguesa, a língua continuaria a ser a “Pátria Comum”, entre os países que hoje, depois de 1996, formam a CPLP. Já em 1977, Adriano Moreira presumia que a língua viria a ser, entre os oito países, “um instrumento indispensável à vida internacional” (IBID, 1977: 84).

Contudo, e mesmo tendo este factor que aproxima os povos (a língua), nem sempre o Estado Português reconhece a sua mais valia e aliena-se dos territórios que foram suas ex-colónias e de um povo, outrora colonizado, que ficou ligado à *Pátria-mãe*, por uma mesma língua, uma mesma cultura, um mesmo modo de vida. Em 1977, Adriano Moreira referia que não havia nesta data qualquer possibilidade

*“de a nossa gloriosa língua ser utilizada como um multiplicador dos nossos interesses legítimos, com eficacidade semelhante*

*à da Inglaterra, da Bélgica, da Espanha, a partir de instituições governamentais portuguesas” (IBID,1977: 86 87).*

A cooperação externa é o elemento fundamental das relações internacionais, acima de tudo quando existe uma forte ligação histórica e cultural entre dois países, como é o caso de Portugal com Cabo-Verde. As ligações mais fortes de cooperação surgem mesmo quando há um cenário de ex-colonizador e ex-colonizado. Podem surgir através de várias formas, como é o caso de “geminções, protocolos, acordos de cooperação e redes” (COSTA, 2005:24) e tiveram o seu apogeu pós segunda guerra mundial. A língua é, por tudo isto, o elemento-chave de qualquer cooperação, pois facilita todas as relações.

*“... a sociedade cabo-verdiana é, no entanto, detentora de padrões de comportamento e de culturas que destacam, com particular relevo, a sua raiz europeia (...). A língua, os festejos juninos, a estrutura familiar celular, a religião e a incontornável apetência para se sentir cidadão do mundo” (SILVEIRA, 2003:11).*

O actual presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Beraldino Pinto, reconhece isso mesmo, que as relações de proximidade com o Sal tiveram uma razão de ser devido à língua que os dois municípios têm em comum e que esta foi um “elemento facilitador da relação” (Entrevista Beraldino Pinto, 20.01.09), mas menciona também as afinidades históricas e culturais, que já existem há mais de cinco séculos.

## Capítulo 3

# Interesses alheios à cooperação cultural

A língua portuguesa foi, e ainda é, o elo de ligação de Portugal com as ex-colónias, agora conhecidas como PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), ou CPLP, introduzindo Timor e o Brasil. Contudo, a cultura coabita com outros interesses, a grande maioria de cariz económico. Visto que os países que compõem a CPLP são riquíssimos em termos de recursos naturais, são muitos os interesses e os interessados, acima de tudo, das grandes potências económicas mundiais, como é o caso dos Estados Unidos da América em São Tomé e Príncipe, da França na Guiné e em Cabo Verde, ou até mesmo da África do Sul em Moçambique.

São potências que, com o argumento de ajuda cultural e financeira, conseguem implementar-se nestes países, criando escolas, universidades, apoderando-se dos meios de comunicação social, instruindo a população, de forma a criar assim um instrumento *pacífico* de influência.

Portugal, muito embora consciente do seu potencial e das marcas históricas que deixou presentes nestes países, sobretudo em África, está a deixar-se relegar para um segundo plano, pouco honroso.

Segundo a obra *Bem Comum dos Portugueses*, de autoria tripartida, existe uma necessária ligação de Portugal com estas nações, tendo a língua como base da comunicação, que “facilita as ligações culturais e até económicas” (AAVV, 1999:225).

Nos anos 80 surge a intenção de criar a CPLP, algo que apenas se efectiva a 17 de Julho de 1996, com o principal objectivo do “diálogo e cooperação” entre os sete países de língua portuguesa, bem como “a promoção da lusofonia, a afirmação política, económica, social e cultural” (IBID, 1999: 225). No

entanto, este “abraço armilar”, como lhe prefere chamar Almerindo Lessa, tem falhado ou, pelo menos, não tem sido aproveitado da melhor forma pelo Estado português.

Ao longo das últimas décadas são entidades públicas (de menor dimensão que o Estado) ou mesmo as privadas que tentam não quebrar a ligação com a CPLP, mantendo os laços de intercâmbio. O Piaget, por exemplo, uma universidade privada nacional, estendeu-se até às ex-colónias, onde mantém viva a chama da língua portuguesa.

Segundo a presidente do Instituto Piaget de Macedo de Cavaleiros, Maria Helena Chéu, em Cabo Verde, este instituto de ensino superior privado não teve a amplitude que se previa, ao contrário de Angola, onde os objectivos do instituto foram superados e onde este funciona tão bem como em Portugal.

## Capítulo 4

# Olhos postos na Europa *alheiam* Portugal de África

É na obra *Saneamento Nacional*, de Adriano Moreira que podemos encontrar a possível resposta para o alheamento de Portugal em relação às suas ex-colónias e o desaproveitamento das relações internacionais com as mesmas: a Europa. Nos finais dos anos 70, inícios dos anos 80, Portugal começa o processo de adesão à União Europeia e volta as costas a África, e consequentemente a Cabo Verde, com quem vai mantendo relações diplomáticas esporádicas.

*“O país, entretanto, piorou de condição, viu esbanjar recursos numa proporção que insulta a nossa pobreza, ficou surpreso de lhe anunciarem ser fácil resolver em dias os problemas que o esmagam há anos (...) depois de perder a maior parte do seu património, das suas reservas, capacidade produtiva, da esperança do pleno emprego, da confiança na moeda, de comer aquilo que produz e de pagar aquilo que deve, chegou à condição de finalmente ter conseguido ser Europeu” (MOREIRA, 1985: 179).*

A Europa foi apresentada como uma “Santa Casa da Misericórdia, da qual virão torrentes de subsídios e participações” e o sistema torna-se “incapaz de responder às exigências fundamentais da comunidade” (IBID, 1985:180). Comunidades que surgem, por relação com Portugal, depois de 1974 e que são caracterizadas por terem pertencido “por origem ou assimilação à cultura que exercia soberania” (MOREIRA, 1984:21).

Foi uma necessidade de afirmar Portugal na Europa que obrigaram a Nação a descurar as relações com África que, devido à língua e culturas em comum,

depois de muitos anos de colonização que obrigaram a trocas a todos os níveis, que eram elementos chave para manter as relações com as ex-colónias. Só mais tarde, depois de uma integração completa na UE, Portugal se voltou para o *atlantismo*, encarado por Adriano Moreira, em 1984, como “uma nova forma de manutenção da atitude secular, profundamente marcada pela maneira portuguesa de estar no mundo” (MOREIRA, 1985:180). Havia formas de manter a interdependência, através da cultura, ciência e comércio, e Portugal tinha vontade de recuperar o tempo perdido, algo que tentou fazer na constituição da CPLP e com a descentralização dos protocolos de cooperação, municipalizando as relações internacionais com África. Mas, será esta a solução, ou estamos perante uma solução apenas diplomática, sem grandes resultados práticos?

José Adelino Maltez, entre outros, em *Bem comum dos portugueses*, refere que o “hibridismo estratégico” de Portugal na panorâmica internacional foi marcado pela “contradição entre a aposta no Ultramar e a condescendência com a Europa” (AAVV, 1999:217).



## Capítulo 5

# Política de Cooperação – a visão da ANMP

Municipalizando as cooperações externas de Portugal, parece-nos fundamental abordar o papel da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) e, antes de mais, referir que por Cabo Verde se considera fundamental a criação de uma associação do género para facilitar as relações com Portugal. É, pelo menos, o que diz o presidente do município de Santa Cruz ao *África Today on-line*. “Se os municípios de Cabo Verde se associarem numa instituição semelhante, seria mais fácil a cooperação intermunicipal”.

Cooperação esta que surge reforçada, em Portugal, com o Conselho de Ministros de 29 de Abril de 1999, que visa estabelecer as orientações estratégicas do país, tendo em vista a reconstrução da “teia de relações seculares que sucessivas gerações de portugueses foram tecendo ao longo de séculos por esse mundo fora”. Estabelece-se, então, que a política de cooperação de Portugal assenta em três pilares:

- a) na renovação das políticas de desenvolvimento;
- b) execução das mesmas sem preconceitos e mais credibilidade e ainda coerência nos objectivos enunciados e programas desenvolvidos;
- c) “transparência nas relações com os países destinatários e rigor na utilização dos fundos públicos”.

É também nesta altura que se cria um protocolo entre o MNE (Ministério dos Negócios Estrangeiros) e a ANMP, que passa a incluir o programa específico da cooperação intermunicipal, “com o co-financiamento do MNE”. Este protocolo tem como principais objectivos:

- “a actuação preferencialmente ao nível das infra-estruturas;
- educação e cultura;

– “recuperação do património histórico-cultural”, dos PALOP;  
Segundo a ANMP, esta cooperação com base no poder local:

*“deve inserir-se na educação e formação de quadros; cultura e património histórico; infra-estruturas, saneamento básico, urbanismo e ambiente”.*

A Associação assume-se, neste momento, como o parceiro fundamental para as parcerias e para a cooperação descentralizada. A cooperação intermunicipal é assim “um instrumento indispensável para melhor realizarmos, hoje, enquanto irmãos da mesma língua”. É, para a ANMP, a língua que aprofunda os relacionamentos, o vínculo unificador e cultural e o trampolim da associação para dinamizar a cooperação, na qual “podemos e queremos fazer mais e melhor”<sup>1</sup>

Mais à frente, no capítulo em que se explica como surgiu esta cooperação entre os municípios de Macedo de Cavaleiros e do Sal, percebe-se que a ANMP teve também nesta ligação um papel preponderante. O embrião destas relações teve lugar em uma das reuniões da Associação Nacional de Municípios.

---

1. Citações do capítulo 4 referentes à edição on-line do Jornal Africa Today on-line, em <http://africatodayonline.com/pt/noticia/2313>.

## Capítulo 6

# Unilateralidade da cooperação

Apesar deste aspecto estar mais desenvolvido no livro *Comunidades dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação*, com a coordenação do professor Adriano Moreira, e que se desenvolve mais à frente, apraz desde já referir que, na sua obra *S.O.S. África*, João Mosca aborda a cooperação como uma “parte integrante das estratégias militares, políticas e económicas globais dos países desenvolvidos”, sendo esta um motor de desenvolvimento sempre para o país/município menos desenvolvido, ou pelo menos, é esta a ideia que chega pelos meios de comunicação social. Um aspecto que o autor tenta contradizer, mostrando que nem sempre é o país em vias de desenvolvimento que sai a ganhar com o processo de cooperação. Sendo a cooperação à escala global ou regional, os interesses económicos dos países desenvolvidos “influenciam a cooperação” (MOSCA, 2004:105). Mosca frisa mesmo que por detrás do interesse económico da cooperação externa, quase sempre contextualizada com a proximidade história e geográfica dos países, aparece “geralmente acessória” (MOSCA, 2004:116), a cooperação cultural. Mas, o mesmo autor considera a cooperação como fundamental para as políticas externas e internas, tanto dos países desenvolvidos como daqueles que estão em vias de desenvolvimento.

Questionado sobre a possibilidade de haver uma oportunidade de negócio com este tipo de protocolo de cooperação e/ou geminação, o autarca Beraldo Pinto faz menção de que o acordo entre os dois municípios está “sobretudo ligado à cooperação educacional, cultural, saúde e protecção civil” (Entrevista Beraldo Pinto, 20.01.09), não obstante refere que a possibilidade de cooperação noutros campos está em aberto, “daí existirem efectivamente oportunidades de negócio”, afirmando que têm sido ajudados alguns empresários a investir em Cabo Verde e o mesmo fazem com empresários que estão a investir em Angola.

Já nos anos 80, Adriano Moreira escrevia na sua obra *Factores de Coesão e Dissociação da Nação Portuguesa* que as ideias das “ex-grandes potências colonizadoras era bem diferentes da política “baseada na autodeterminação” das ex-colónias, por isso mesmo foi necessário encontrar, para manter o elo de ligação entre os países,

“novos caminhos de convívio, colaboração e solidariedade entre os poderes formalmente iguais, ligados pelo facto de as suas sociedades acolherem padrões de conduta coincidentes, e de não poderem apagar a realidade de uma história passada em comum” (MOREIRA, 1984:15).

Adriano Moreira chega mesmo a dizer que estas novas formas de relação vão ao encontro do conceito de Pátria e Língua Portuguesa aspirado e/ou mencionado por Fernando Pessoa.

Apesar de só mais à frente se desenvolver a questão da gemação, parece importante deixar claro neste capítulo que os acordos de cooperação e de gemação dos municípios de Macedo de Cavaleiros e do Sal pretendem uma cooperação bilateral, pelo menos aspiram a tal.

“O acordo de gemação prevê a colaboração bilateral em áreas como a educação, quer ao nível do ensino, quer da formação profissional, da saúde, da protecção civil, o intercâmbio a nível cultural e desportivo, bem como outras formas de cooperação...” (Entrevista Beraldino Pinto, 20.01.09)

## Capítulo 7

# Diplomacia

### 7.1 A Origem

O termo surge, pela primeira vez, em França, em meados do século XVIII, embora tal não signifique que a função de diplomacia, em si, não fosse já utilizada muito antes. O primeiro a utilizar o termo terá sido Edmund Burke, num contexto de limitações à soberania dos Estados e enquanto processo pacífico e negocial. Associado a este conceito surge o de diplomata, que definia, e ainda define, aquele que tem poderes para negociar em nome do Estado.

A partir deste momento, uma relação diplomática passou a pressupor a existência de um acordo, muitas vezes surgido sob a forma de um tratado.

Parece-nos ainda pertinente acrescentar a esta brevíssima origem da diplomacia a definição de diplomacia na Enciclopédia Britânica, também ela escolhida por Maria Regina Mongiardim, na sua obra *Diplomacia*:

“conjunto de actividades, de práticas, de documentos e de formalidades relativas às trocas e negociações entre Estados, numa época em que a política interna e a política externa se revelam como dois domínios distintos na vida dos Estados.” (MONGIARDIM, 2007)

Muito embora o conceito de Diplomacia remonte a épocas remotas da história mundial, praticamente desde que há relações internacionais e intercâmbios, foi com a criação do Estado-Nação que a diplomacia se transformou num *Código Universal de Comunicação*, pelo menos assim definido por Maria Regina Mongiardim. Segundo a mesma autora, este código combina elementos “éticos, estéticos, morais, racionais, analíticos, instrumentais, políticos, sociais, culturais, económicos e institucionais” (IBID, 2007: 19 20).

A diplomacia permite a identificação de pontos de interesse comum entre os Estados e veio permitir a “adopção de soluções sobre temas de contencioso, em detrimento de factores de antagonismo, de fractura e de confrontação” (IBID, 2007:21). Argumentos que nos permitem referir que a diplomacia surgiu como meio para estabelecer e/ou atingir a paz entre duas nações em conflito. A Diplomacia aparece como um instrumento para evitar a guerra e desenvolver, depois desta, “relações amistosas e frutíferas para os interesses nacionais”.

Hoje, a diplomacia está perante um novo desafio: a globalização. Tanto os meios como os instrumentos utilizados pela diplomacia estão em fase de transformação. Mongiardim fala mesmo num novo perfil, “mais aberto, diversificado e especializado e, simultaneamente, menos estatocêntrico”, defendendo a proliferação de novos agentes de intervenção na panorâmica nacional. É, aliás, isso mesmo que temos vindo a observar com as pesquisas feitas anteriormente. Aqui, podem incluir-se as autarquias também como agentes desta diplomacia (mais tarde veremos que cultural), com a celebração de protocolos de cooperação com municípios de países estrangeiros ligados a si de alguma forma: pela língua, pela cultura, ou simplesmente pela vontade de o fazer.

Nesta fase da aldeia global, a diplomacia tende a ser não governamental, uma concepção bem diferente daquela que é defendida pelos *puristas*, que consideram que esta apenas pode ser realizada por diplomatas, os intermediários ideias da política externa.

E o que está na base desta mudança no conceito de diplomacia, para além da noção de globalização de hábitos, costumes, culturas, etc.? A agenda internacional. A diplomacia não acabou mas moldou-se com a introdução de novos temas como os culturais, os económicos e os técnicos, que anteriormente eram quase inexistentes nas relações internacionais.

Segundo o embaixador da República de Cabo Verde em Portugal, em 2003, este é um dos desafios que se coloca a Cabo Verde: a globalização. No seu ponto de vista, há que

textit “defender esse património de séculos perante os desafios actuais da globalização, um processo transformador e indutor de mudanças políticas, económicas e sociais, em todo o mundo” (SILVEIRA, 2003:12).

Cabo Verde volta-se hoje para a União Europeia como prioridade da sua política externa e pretende ver em Portugal o seu “ancoradouro histórico e cultural” (IBID, 2003:12).

## 7.2 Funções

Considera-se que sejam seis as principais funções da diplomacia, mas há uma outra que acaba por ser transversal a todas: “a representação e defesa dos interesses do Estado” (MONGIARDIM, 2007:131), no que respeita às relações externas. No entanto, há aspectos a salvaguardar aquando desta defesa, como é o caso das práticas e regras que são seguidas para a defesa desses mesmos interesses.

As relações externas entre Estados tendem a ser cada vez mais complexas e variadas,

*“exigindo do agente diplomático uma diferente preparação, tendente para uma especialização técnica e um diferente domínio dos instrumentos de trabalho e comunicação” (IBID, 2007:132).*

tudo isto associado ainda a uma cada vez mais eivada cultura geral. Este agente deve reger-se por normas éticas estabelecidas na Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas, de 1961, bem como pelas legislações complementares instituídas por cada Nação.

Apresenta-se, de seguida, as seis funções primordiais da diplomacia:

- *Negociação*– aquela que é considerada a essência da diplomacia, pois esta está dependente da capacidade da arte de negociar. Mongiardim apresenta a negociação como “os contactos entre Estados para concertarem entre si a realização de interesses próprios, comuns e recíprocos, para desenvolverem pacificamente as suas relações” (MONGIARDIM, 2007: 134 135). Estas negociações podem incidir no âmbito político, económico ou mesmo cultural. As negociações assumem nos tempos que correm como mais técnicas e os agentes diplomáticos apresentam-se com uma função mais coordenadora e de apoio. As negociações podem ainda assumir vários aspectos: formais/informais; directas/indirectas; bilaterais/multilaterais.
- *Observação* – Esta função visa abarcar um melhor conhecimento do Estado com quem se pretende estabelecer as relações de negociação. Quanto melhor for a observação, menos serão as situações de contencioso e reinará o “clima de boa convivência, de paz e cooperação” (IBID, 2007:137). Existem várias fontes de observação como a literatura, os meios de comunicação social, as artes, as tradições, os costumes, etc.
- *Informação* – A informação aparece como um complemento da observação. É nesta função que se tem perdido também a noção de diplomata defendida pelos puristas, ou seja, a ideia de que este era o único meio de informação “estável e credível” que a nação tinha no terreno. Com

os avanços tecnológicos, esta informação chega em maior quantidade e sempre de forma mais rápida, de forma a “facilitar e favorecer o conhecimento mútuo dos Estados” (IBID, 2007:138). Segundo a convenção de Viena, atrás mencionada, esta informação só deve ser obtida através de meios lícitos, como por exemplo, a imprensa e os restantes *mass media*, as relações próximas de amizade, os contactos oficiais e oficiosos, etc. Ao recolher a informação, o agente deve reger-se pela “selectividade, honestidade, veracidade e bom-senso”; como erro crasso aparece-nos a “manipulação da informação” e a “remessa de um manancial de informação sem obediência a critérios selectivos de importância e prioridade” (IDID, 2007:140).

- *Promoção* – O diplomata deve ainda realizar um conjunto de acções de divulgação e promoção das actividades que foram desenvolvidas para ajudar na aproximação dos dois Estados, o que representa e aquele onde está enviado em missão. A promoção das relações económicas e culturais deve ser sempre dinâmica. Pode surgir sob diversos aspectos: seminários, conferências, exposições, etc.
- *Protecção* – Devem ser sempre protegidos os interesses do Estado que está a ser representado, bem como do Estado onde é feita a representação e ainda dos cidadãos de ambas as nações.

### 7.3 Português: 5ª língua do mundo

Ao longo da história foi sempre preciso encontrar uma língua comum para as trocas comerciais e negociações entre os diferentes países. Diplomacia é o mesmo que comunicação, dois conceitos que vivem a par um do outro e que se completam. A esta mesma língua, para as transacções orais e escritas, chama-se de língua diplomática. O *Latim* foi até aos finais do século XV a língua diplomática por excelência, e foi deixando de o ser de forma gradual. No século XVI já era apenas usado para as comunicações escritas, com o aparecimento do *Francês*, que teve o seu apogeu em 1648 (século XVII) com o tratado de Westfália. E é o Francês que vai predominar nas relações internacionais até à Primeira Grande Guerra, altura em que se verifica o surgimento do *Inglês*. O próprio Tratado de Versalhes vem consagrar a existência de duas línguas diplomáticas universais: o Francês e o Inglês.

Como a língua diplomática não está relacionada com o número de falantes da mesma, mas sim com o poder político e económico das potências que a detêm, o inglês assume-se hoje como a língua maior, a língua diplomática oficial.



No entanto, há uma regra da diplomacia universal que estabelece que “se os Estados têm uma língua em comum, é evidente que a correspondência diplomática deverá processar-se na mesma língua” (IBIDEM, 2007:165).

O Português muito embora não seja considerado a língua diplomática por excelência, tem a sua importância como elemento de comunicação internacional e de expressão da Lusofonia, que se reflecte nas relações económicas e culturais com os países falantes desta mesma língua. Importância que leva o ministério da Educação, no seu sítio oficial na Internet, a encará-lo como “uma língua de futuro”.

Na óptica do governo português, “as novas conjunturas políticas, económicas e sociais alteram significativamente a importância da língua portuguesa no mundo”, pois trata-se da quinta língua mais falada no mundo e a terceira mais falada da Europa, logo a seguir ao Inglês e ao Espanhol, ultrapassando para desconhecimento de muitos o Francês.

Os últimos números são do ano 2000 e dão conta de 176 milhões de habitantes que falam Português no mundo, segundo referências do *Ethnologue, Languages of the world*, na sua 14ª edição.

No exemplo concreto de Cabo Verde e recorrendo às últimas estatísticas avançadas pelo *Atlas Économique Mondial*, da ONU, houve inclusive um crescimento de falantes do português a rondar os 3%. Em 2001 eram 427 790 os cabo-verdianos que falavam Português.

O dado mais importante recolhido no sítio do ministério da Educação dá conta de que a Língua Portuguesa é de extrema importância na panorâmica nacional, sendo mesmo uma das línguas oficiais das seguintes organizações internacionais: UE, Unesco; Mercosul, Organização dos Estados Americanos, União Latina e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, entre outras.

Contudo, mesmo reconhecendo “o potencial de expansão da nossa língua em África (...) com o previsível crescimento da população dos PALOP”<sup>1</sup>, o ministério volta as atenções para o ensino do Português junto das comunidades de portugueses no Estrangeiro, sem qualquer referência ao ensino da língua em África.

## 7.4 Uma nova diplomacia: a cultural

As relações externas dos Estados estão a ser preponderantemente marcadas pela cultura e pela economia, daí que, conseqüentemente, estas estejam reflec-

1. Citações recolhidas no sítio oficial do Ministério da Educação, em [http://www.dgidec.min-edu.pt/lingua\\_portuguesa/linguaportugmundo.asp](http://www.dgidec.min-edu.pt/lingua_portuguesa/linguaportugmundo.asp).

tidas nas relações diplomáticas, acima de tudo a cultural, pois é aquela que poderá sustentar uma nova forma de diplomacia *descentralizada* desenvolvida pelos municípios portugueses, em geral, e pelo de Macedo de Cavaleiros em concreto. O factor cultural deixou de apenas representar

“um papel de demonstração de prestígio e de afirmação de poder, associado, na maioria das vezes a actos protocolares, com carga política” (IBID: 2007, 359),

para passar a ser compreendida como diversa e, muitas vezes na origem dos conflitos, pois estes têm a sua origem cada vez menos na natureza militar, e cada vez mais no poder das ideias e do conhecimento, já para não falar do poder económico, relacionado com a diplomacia económica que Mongiardim refere como tendo atravessado três fases: primeiro a da diplomacia da libra, depois do dólar e agora do Euro.

A cultura mais do que fundamental para a coesão e identificação interna de um grupo, está agora a extrapolar também para a afirmação externa. Os intercâmbios culturais e ainda também os juízos de valor de inferioridade de determinadas culturas são gritantes ao longo da história, por isso se torna tão pertinente incorporar a cultura nas relações externas e diplomáticas.

E como atinge a diplomacia cultural os seus objectivos? Mongiardim (2007) fala de “imaginação, criatividade, continuidade, coordenação e perseverança”, mas para isso necessita de uma série de meios e agentes que estão para além do serviço diplomático. Não chega a figura de um diplomata para representar e defender os interesses de uma Nação no que respeita a relações de diplomacia cultural.

A política externa não podia ficar alheia ao aumento da mobilidade humana e das novas tecnologias, que trouxeram, conseqüentemente, a diversidade cultural. Um aspecto que foi ainda mais vincado depois da descolonização, com os novos Estados Independentes a ficarem com um “perfil cultural misto entre as suas próprias tradições e o legado ocidental” (IBID, 2007:367). Houve assim a necessidade de criar uma forma de manter as relações de proximidade entre ex-colonizador e ex-colonizado, de forma a promover uma política do bom relacionamento. A cultura aparece assim como “ponte e elemento de um discurso facilmente inteligível pelas partes”.

Os primeiros passos para esta diplomacia cultural foram dados com a constituição da UNESCO, no seio da ONU (Organização das Nações Unidas), em 1945. A cooperação cultural internacional propunha-se a reforçar a colaboração entre as nações, “através da educação, da ciência e da cultura, com a finalidade de assegurar o respeito universal da justiça, da lei, dos direitos humanos e da liberdade” (IDEM,2007:368). Mais tarde, surgem outras formas

de cooperação cultural como o Conselho da Europa, que pretende promover a democracia e o desenvolvimento cultural, e ainda a interculturalidade, um tema debatido ao longo de 2008, o Ano Europeu da Interculturalidade. Ou até mesmo a CPLP, que surge em 1996, e que pretende, através da língua e da cultura, unir oito países com uma mesma língua e com traços de história em comum.

Contudo, e apesar dos esforços, um longo caminho ainda há a percorrer. Apesar de ser considerada o terceiro pilar dos assuntos externos dos Estados, depois do político e do económico, a diplomacia cultural tem-se limitado a acordos de cooperação bilateral, que nem sempre envolvem o povo, o seu principal destinatário.

*“Sem recursos e incapazes de responder às novas exigências de promoção e incentivo, de proximidade, de solidariedade, de participação e de implicação nos projectos, a maior parte das políticas culturais nacionais entraram em crise, tanto no que se refere aos seus conteúdos, como no que respeita às estruturas e métodos de trabalho” (IBID, 2007:377).*

Há agora uma nova esperança na descentralização da diplomacia, com a desnacionalização das estruturas e instrumentos culturais, de forma a tornar a diplomacia cultural e os agentes dessa mesma diplomacia mais dinâmicos.

Antes de terminar, é de salientar ainda que na sua obra *Diplomacia*, Mongiardim lembra que com o apogeu da diplomacia cultural, a língua passou a

*“assumir uma importância particular, sobretudo no período pós-colonial para os antigos impérios coloniais, na medida em que fomentar o conhecimento, a expansão e a consolidação da língua da antiga potência colonial servia os interesses políticos, económicos e estratégicos dessa mesma potência” (IBID, 2007:373).*

Um tipo de diplomacia e cooperação ao jeito da CPLP, que aliás apenas assim o poderia ser, como refere José Carlos Venâncio, no capítulo *Cooperação Cultural*, da obra *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Cooperação*, da coordenação do Professor Adriano Moreira. A CPLP apenas pode ser vista em termos políticos e culturais e nunca em termos económicos como a *Commonwealth*, por isso utiliza a língua como elo de ligação entre os países. “A visualização pretendida é a cultural, alicerçada na partilha do mesmo idioma” (MOREIRA, 2001:177). Por isso mesmo surgem os vários institutos de promoção da língua como a Alliance Française (Francês), o British Council (Inglês), o Instituto Cervantes (Espanhol) ou mesmo o Instituto Camões (Português).

Resta ainda dizer que a diplomacia cultural tem um modelo de funcionamento tripartido: - normativo, no que respeita às convenções, acordos e protocolos; - operativo, em relação às acções e aos programas que as permitem desenvolver; - intelectual, com a intervenção no terreno dos diversos agentes culturais. E é precisamente este o ponto em que se incide no capítulo seguinte. Como é possível identificar com este protocolo de cooperação entre o município de Macedo e o da Ilha do Sal estes três aspectos? O primeiro, o funcionamento normativo, sabendo que existe um protocolo de cooperação, está mais do que comprovado de que funciona. Daqui para a frente tentaremos perceber de que modo é que está a ser desenvolvido tanto em Cabo Verde, como em Macedo (funcionamento operativo) e se os diversos agentes culturais, de ambas as partes estão activos no projecto, ou seja, testar o seu funcionamento intelectual.

## Capítulo 8

# A Cooperação Cultural

Venâncio (2001) defende que este tipo de cooperação deve ser levado a cabo pelas instituições locais, ou melhor são elas que podem dar continuidade a este tipo de cooperação.

No caso concreto da CPLP, o investigador considera que esta cooperação tem sido múltipla, variada, mas também dispersa. Não há um plano de acção estabelecido, com as linhas de orientação que sejam comuns aos organismos que protagonizam esta mesma cooperação, que caracteriza de “vulnerável e de natureza partidária” (IBID, 2001:179).

Segundo o mesmo autor, a cooperação cultural portuguesa atravessou três fases, e esta última foi marcada pelos acordos culturais com os PALOP e com a criação do Instituto Camões, em 1992. Este instituto que nem sempre tem mostrado vigor e tem deixado transparecer algumas fragilidades nas relações de Portugal com os restantes elementos da comunidade de língua portuguesa. Uma fragilidade que se reflecte na cooperação cultural. “A tutela dos centros culturais, bem como a coordenação e o acompanhamento dos projectos culturais, foram sempre motivos de lutas encobertas entre o Instituto Camões e o Instituto de Cooperação Portuguesa” (IBID, 2001:181).

No caso português, acabam por ser as ONG nacionais, como é o caso da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação Oriente ou da Fundação Mário Soares, que desenvolvem um papel mais relevante na cooperação cultural, mais do que o próprio Estado e os seus representantes. Há ainda a ressaltar o papel das universidades com o intercâmbio de alunos e docentes.

## Capítulo 9

# Cooperação Intermunicipal – a solução?

A cooperação esteve, em primeiro lugar, fortemente ligada ao Estado e, só mais tarde, nos anos 90, começou a ser descentralizada, aparecendo os acordos e as relações entre os municípios e/ou regiões de diferentes países. Só em 1996, durante a conferência das Nações Unidas para os estabelecimentos humanos, realizada em Istambul, a comunidade internacional reconheceu “o direito das autoridades locais a uma expressão autónoma e o necessário apoio ao processo de descentralização”. (COSTA, 2005:33) A cooperação tem, na maioria das vezes, um eixo de ligação: países desenvolvidos – países em vias de desenvolvimento. Mais do que desenvolver laços de amizade, uma cooperação pretende a troca de culturas e, quase sempre, o benefício a nível económico. Embora a cooperação externa tenha tido a sua génese na Europa, e a nível local com a geminação e cooperação dos municípios europeus de vários países, “rapidamente se tornou numa prática comum por todo o mundo” (IBID, 2005:29), com interesses diversificados, como salienta Rosário Costa, na sua tese de mestrado acerca das redes intermunicipais.

Costa (2005) lembra que a cooperação (intermunicipal), aquela que mais interessa no trabalho que se desenvolve, assenta em “acções de diplomacia popular e de intercâmbio cultural”. Apesar do objectivo de cooperação/intercâmbio ser primeiramente político e económico, Costa lembra que também saem a ganhar as relações humanas, sociais e culturais. O grande objectivo das cooperações ao nível do poder local devem permitir, não só a troca de informações dos líderes de opinião, mas também o contacto entre as populações, pelo menos esta é uma das vontades das Nações Unidas, expressa na Resolução 2861, de 20 de Dezembro. E no caso de Macedo – Ilha do Sal?

O que está a ser feito para colocar as populações em relação directa e/ou indirecta? Desconhece-se, até ao momento, qualquer iniciativa realizada que vá para além da vinda de líderes de opinião do Sal a Macedo (como por exemplo o presidente do município) e a ida de líderes de opinião de Macedo ao Sal (como por exemplo o comandante dos bombeiros, o chefe da divisão da cultura e o próprio autarca) É isso que se entenderá no capítulo 10.

A cooperação entre municípios da CPLP está ainda mais facilitada no que respeita às questões da educação e cultura, pois no seio da própria composição da CPLP ficou expresso como um dos objectivos gerais a “materialização de projectos de promoção da difusão da Língua Portuguesa” (IBID, 2005:108). O português é, aliás, o elo de ligação mais forte entre os sete países que a compõem. Escusado será dizer que, no que respeita a Portugal, tendo em conta o regime político em vigor até 74, com a delegação de poderes aos municípios a acontecer apenas em 76, e com a independência de Cabo Verde, em 75, todo o tipo de cooperação externa entre municípios dos dois países era completamente impossível e surge assim apenas nos finais do século XX, essencialmente nos anos 80/90.

Mas, e que desenvolvimento poderá trazer esta nova forma de cooperação para os países africanos? Milando (2005) tenta responder que sem um envolvimento esmagador da população e a sua conseqüente beneficiação, pouco será o desenvolvimento das nações envolvidas. O autor defende que o desenvolvimento é um

“estado de bem-estar generalizado, no qual a maioria das pessoas desfrute das condições essenciais da vida e esteja relativamente livre de doenças, analfabetismo, insegurança, exploração e opressão” (MILANDO, 2005: 34)

Tomando estas considerações e lembrando os pressupostos do acordo de geminação de Macedo de Cavaleiros com o Sal, procura-se encontrar as semelhanças nestas intenções: os municípios fizeram uma geminação, em Setembro de 2008, tentando impulsionar a Educação, ao nível da Formação Profissional (Milando utiliza antes combate ao *analfabetismo*), ao nível da Saúde (o autor chama-lhe *livre de doenças*), na Protecção Civil (Milando refere-se à *segurança*). Basta agora entender de que maneira está, ou não a população envolvida na cooperação, para que haja de facto desenvolvimento.

## Capítulo 10

# O acordo de cooperação Macedo – Ilha do Sal

A 26 de Junho de 1999, os municípios de Macedo de Cavaleiros, em Portugal, e da Ilha do Sal, em Cabo Verde, aproximam-se através do Protocolo de Cooperação e Colaboração<sup>1</sup> entre os Municípios de Macedo de Cavaleiros e do Sal, invocando laços de amizade e de *vivência comum* com mais de 500 anos, envolvendo assim várias instituições ligadas à saúde e à educação. Na educação é chamado a este protocolo o Instituto Piaget de Macedo, representado pela Escola Superior Jean Piaget do Nordeste e na Saúde são convidados os hospitais distritais de Macedo de Cavaleiros e de Bragança<sup>2</sup>.

Até chegar à assinatura deste acordo, houve já um trabalho de background desenvolvido pelas duas autarquias. Luís Vaz, na altura a presidir o executivo camarário de Macedo de Cavaleiros, ressalva que a ideia partiu, inclusive, de um funcionário da mesma (Henrique Martins), depois de ter participado num congresso da ATAM (Associação de Técnicos e Administrativos Municipais).

“Nós portugueses deveríamos ter permanentemente relações de amizade estreitas com todas as populações dos países por onde passámos” (Entrevista Luís Vaz, 18.01.09)

Laços que, na opinião do ex-autarca, se perderam após o 25 de Abril, com o surgimento do “estigma da colonização e o sentimento nacionalista das ex-colónias” (Entrevista Luís Vaz, 18.01.09).

---

1. Protocolo em anexo.

2. Hospitais Distritais entretanto extintos em 2006, altura em que o governo socialista, liderado por José Sócrates, constituiu o CHNE (Centro Hospitalar do Nordeste), composto pelas unidades hospitalares de Bragança, Macedo e Mirandela, com sede na capital de distrito.



Nascido em Angola, Luís Vaz mostra vontade de manter contacto com os PALOP e desde logo aproveita um congresso da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), onde estão, como convidados, regularmente países africanos de língua portuguesa, para estabelecer contactos com o presidente do município da Ilha do Sal, actual ministro da Saúde.

“Estudámos a área em que podíamos cooperar. A ideia do Piaget surgiu devido à falta de ensino superior em Cabo Verde. Decidimos envolver o Estado na questão da saúde, e na educação estabelecemos receber dez alunos, todos os anos, gratuitamente, sendo a câmara responsável por esses alunos desde que chegavam a Lisboa, até que iam para Cabo Verde”. (Entrevista Luís Vaz, 18.01.09)

Nos anos que se seguiram a empatia entre Cabo Verde e o Piaget levou à criação de uma delegação deste instituto superior privado na cidade da Praia, onde alguns alunos que passaram por Macedo acabaram como docentes.

Este protocolo surge, e está expresso no seu preâmbulo, porque existem entre os dois municípios, bem como entre os dois países, “afinidades históricas, linguísticas e culturais” e uma ligação de “empatia entre povos irmãos” (Protocolo de cooperação, 26.06.99), que os executivos camarários se propõem não só a manter como também a melhorar.

São três as áreas prioritárias de incidência deste protocolo e onde se pretendem realizar actividades que aproximem os dois países, tais como: a *Autárquica*, a do *Ensino* e a da *Saúde*.

As cláusulas deste mesmo protocolo enumeram as competências respeitantes a cada uma das partes envolvidas nesta cooperação. Aqui desenvolverem-se os pontos principais de cada uma delas: - à Câmara Municipal de Macedo compete proporcionar um estágio anual remunerado a um funcionário da autarquia do Sal, na Câmara de Macedo; oferecer material escolar ao ensino básico cabo-verdiano do Sal; a vinda de cinco crianças, todos os anos, às actividades de Verão de Macedo de Cavaleiros; o intercâmbio cultural entre os municípios e a oferta de equipamentos consoante a sua disponibilidade;

- à Escola Superior Jean Piaget compete, no âmbito deste acordo, aceitar a matrícula de seis alunos do Sal, em Macedo e garantir a frequência bilateral de alunos, não sendo feita referência alguma à periodicidade destes intercâmbios;
- aos hospitais distritais de Macedo e Bragança ficou o desafio de aceitarem 10 e 20 doentes respectivamente, vindos do Sal para receberem tratamento gratuito, oferta de material ao Hospital do Sal e ainda a garantia de estágios de enfermagem, medicina e tecnologias da saúde;

- à Câmara do Sal, destaque também para a promoção do intercâmbio cultural e à recepção anualmente de cinco crianças de Macedo no Sal, durante uma semana.

É ainda interessante de referir que, ambos os municípios, na cláusula 7ª as partes envolvidas no protocolo “comprometem-se ainda (...) a dar corpo ao fortalecimento dos laços da CPLP.” (Protocolo de Cooperação, 26.06.99)

Está-se perante o cenário de um protocolo que é já uma forma de diplomacia, uma vez que se trata de um processo de relação entre dois municípios de dois Estados diferentes, e cultural, no sentido de que ambos os municípios se propõem a um intercâmbio baseado na cultura, com pontos muito comuns entre ambos. Os representantes maiores de cada um dos municípios, os autarcas, são os elementos-chave, oficiais, das relações internacionais. Mas, com a assinatura deste protocolo há quase dez anos, constata-se apenas o cumprimento do funcionamento normativo da diplomacia e do estabelecimento do funcionamento operativo da mesma, ou seja, as acções e programas que a permitem desenvolver. É nos capítulos seguintes que se tenta compreender, através das entrevistas realizadas aos autarcas de Macedo de Cavaleiros e a Carmelita Santos, ex-aluna de Fisioterapia, cabo-verdiana, que esteve no Piaget de Macedo, ao abrigo de uma bolsa, concedida pela Câmara Municipal de Macedo, como funcionou, e funciona, este protocolo de cooperação, seguido de geminação.

Analisa-se se as acções levadas a cabo pelos dois municípios são suficientes para que se afirme que há credibilidade e coerência nos objectivos enunciados no preâmbulo do acordo e se serão cumpridos os requisitos enunciados pelos dois municípios em 1999.

Compromissos que poderiam ter ficado comprometidos com a perda de mandato de Luís Vaz, na altura presidente da Câmara Municipal de Macedo, em 2001, mas que foram retomados pelo executivo que tomou posse neste mesmo ano. Depois de quase dez anos de cooperação, a 15 de Setembro de 2008<sup>3</sup>, é assinado o acordo de geminação entre os dois municípios. Um documento que vai manter algumas das metas anunciadas em 1999, mas que altera alguns dos pressupostos iniciais do protocolo de cooperação.

“A cooperação era quase exclusivamente na área do apoio aos estudantes salenses, que vinham estudar para o Piaget e no apoio a consultas e cirurgias de cidadãos cabo-verdianos, e as outras áreas nunca tinham sido implementadas. O novo executivo, que iniciou funções em 2002, manteve esse nível de cooperação e alargou-o

3. A geminação já tinha sido aprovada em reunião de câmara a 10 de Dezembro de 2007 e depois em Assembleia Municipal a 28 de Dezembro do mesmo ano.

a outras áreas de intervenção e cooperação” (Entrevista Beraldino Pinto, 20.01.09)

Desta geminação sobressaem mais duas novas áreas de cooperação: o fomento da leitura, o apoio à formação profissional e a organização da Protecção Civil Municipal da Ilha do Sal. A autarquia de Macedo tem, actualmente, em acção um projecto na área social, em parceria com a Universidade Católica, denominado GAS' África.

## 10.1 O protocolo enquanto funcionamento normativo e operativo

Houve desde 1999 um intercâmbio entre os dois municípios, mas que ultimamente tem visado acima de tudo os líderes de opinião de ambas as partes. Os cabo-verdianos fizeram-se representar por elementos do seu executivo camarário, por diversas vezes, o mais recente, em Outubro de 2008, foi Antero Alfama, vereador na autarquia do Sal, que esteve de visita a Macedo de Cavaleiros.

No que respeita aos macedenses, consegue-se apurar que, nos últimos tempos, tanto o presidente da Câmara como o Comandante dos Bombeiros e o chefe da divisão da Educação, Cultura e Desporto da autarquia estiveram na Ilha do Sal, no sentido de fazer um levantamento no terreno das principais carências do Sal, para que Macedo saiba concretamente onde pode ajudar. Um levantamento que também já havia sido feito pelo anterior autarca de Macedo e pelos vários agentes sociais do município macedense.

Quanto ao intercâmbio de alunos, há a referência que Carmelita Santos, hoje Fisioterapeuta, que depois de estudar no Piaget de Macedo, acabou por estagiar em Portugal e que se encontra ainda em Lisboa a realizar uma pós-graduação na área da sua licenciatura.

Maria Helena Chéu, a presidente do Campus do Piaget de Macedo, à frente da Instituição há mais de quatro anos conhece o protocolo, mas não sabe concretamente qual o papel do Piaget no mesmo e desconhece a vinda de alunos do Sal para Macedo, desde que está à frente da instituição.

*“Voltámos nitidamente atrás. Assim que perdemos a Câmara deixaram de vir estudantes e doentes para os hospitais. Este executivo pouco ou nada tem feito.” (Entrevista Luís Vaz, 18.01.09)*

O ex-edil de Macedo considera-se uma pessoa vocacionada para a cooperação e defende que este tipo de acordos e protocolos apenas têm futuro quando as partes interessadas e intervenientes no mesmo têm um espírito semelhante.

Ainda enquanto autarca foi convidado por Luís Amado, então secretário de Estado da Comunicação, para fazer parte de um grupo de dez autarcas, “os mais vocacionados para esta área”, para levar a cabo a fixação da lusofonia em África, incidindo na recuperação do património e o investimento no turismo em São Tomé e Príncipe, onde esteve a dar algumas formações.

Na própria instituição do Piaget em Cabo Verde (a Unipiaget), na qual Carmelita Antonita também já foi docente, Wlodzimierz Szymaniak, professor da área das Ciências da Comunicação, desconhece, para além da aluna mencionada anteriormente, qualquer outro estudante que tenha estado em Portugal, ao abrigo deste protocolo de cooperação.

Em 2008, o protocolo dá lugar à geminação entre os dois municípios, com cerimónias comemorativas em ambos os países. Beraldino Pinto, presidente da Câmara Municipal de Macedo, considera que a empatia criada entre os dois municípios e os seus executivos merecia mais do que um protocolo de cooperação, relatando que a sua opinião na Ilha do Sal é sempre bem-vinda, e mesmo até desejada várias vezes, mesmo para obras que não digam respeito ao protocolo.

Segundo o autarca, Macedo conseguiu, ainda no mandato de Luís Vaz, apoio junto da *Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana*<sup>4</sup> para, em conjunto, financiarem as obras nas bibliotecas do município e a construção de raiz da biblioteca de *Palmeiras*<sup>5</sup>.

“Tinham um funcionamento como o nosso há vários anos atrás, com as portas todas fechadas e apenas um funcionário, para além das empregadas de limpeza” (Entrevista Beraldino Pinto, 15.12.08)

Algum tempo depois, e numa das suas idas a Cabo Verde, Beraldino Pinto teve curiosidade de saber como tinham sido aplicados os fundos. Deparou-se com a biblioteca construída tal e qual estava no projecto, mas com um funcionamento bem diferente, preso ao funcionamento das bibliotecas portuguesas nos anos 70. Sentiu que havia necessidade de dinamizar o espaço e de abri-lo à população, por isso mesmo enviou ao Sal o responsável pela Divisão

4. A AMTQT é composta por cinco concelhos: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor, foi constituída a 2 de Julho de 1982, como pessoa colectiva de direito público, mas só desde 1995 integra o município de Macedo de Cavaleiros. No total de uma área de 2252 km<sup>2</sup> e, aproximadamente, 65000 habitantes, é pioneira em áreas como no Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos -STRSU- e a informatização municipal contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes bem como promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

5. Uma das localidades principais da Ilha do Sal.

da Educação, Cultura e Desporto da autarquia macedense, António Pinto, durante muitos anos também responsável pela Biblioteca Municipal de Macedo de Cavaleiros e, hoje em dia, pelo Centro Cultural da cidade.

Em 1999, a autarquia havia decidido estender o desafio deste intercâmbio cultural à Associação de Municípios da Terra Quente e os presidentes dos concelhos que a compõem deslocaram-se também ao Sal.

“Depois quando perdi o mandato estávamos em vias de enviar um equipamento agrícola para uma pequena horta que tem o município, um pequeno espaço onde se pode cultivar algo naquela árida ilha. Acho que nunca chegou a ir para Cabo Verde” (Entrevista Luís Vaz, 18.01.09)

O município do Sal passou, desde os finais do século XX, a ser convidado de honra de todas as cerimónias oficiais de relevo que acontecessem em Macedo de Cavaleiros e foi atribuído o nome de “Ilha do Sal” a uma das mais recentes avenidas da cidade de Macedo.

Beraldino Pinto menciona que estar em Cabo Verde é “como estar em casa”, pois “não há qualquer tipo de constrangimento”. Exclusão ou ressentimento de uma história marcada pela colonização são sentimentos que desconhece em território cabo-verdiano. Beraldino Pinto diz mesmo que sente um maior reconhecimento quando está no Sal, e uma maior importância perante os acordos de geminação.

Reconhece que têm muito ainda a aprender com Macedo e, maioritariamente no que respeita aos Bombeiros e à Protecção Civil, mas sabe que as ideias e até os ensinamentos serão sempre aproveitados para depois fazer mais e melhor; por isso dá o exemplo da burocracia legislativa, que considera muito baseada na portuguesa, mas bem menos burocrática, pois foi a nossa legislação que foi aproveitada, para depois ser melhorada.

Como próximas iniciativas do protocolo/geminação, está previsto a vinda de um enfermeiro do Sal para o Instituto Piaget de Macedo, a fim de levar novos conhecimentos a aplicar na ilha Cabo-Verdiana.

Para tentar mostrar que o protocolo funciona, confrontado com a pergunta sobre a possível inoperacionalidade do acordo, o edil macedense, deu como exemplo o facto de, apesar de não existir nenhum vínculo legal, as ajudas de Macedo já chegarem à pequena ilha da Boavista. Sinal de que o apoio ao Sal não só existe, como se estende também às ilhas limítrofes do arquipélago Cabo-verdiano.

“Na questão das bibliotecas valia a pena investir, porque em Portugal precisa-se de um livro e vai-se comprá-lo, enquanto que

em Cabo Verde ainda se vai à biblioteca” (Entrevista António Pinto, 13.01.09)

António Pinto esteve no Sal para ajudar a dinamizar o espaço criado pelo município de Macedo, em parceria com os restantes quatro municípios da Terra Quente Transmontana. “Não podemos falar de realidades sem as irmos ver”, assegura o chefe de divisão, que observou os métodos antiquados de funcionamento, onde “ainda nem sequer há registo dos livros em papel”.

“Quando chegamos, concluímos que temos que alterar toda a lição que levávamos estudada. A Internet ainda era um mistério” (Entrevista António Pinto, 13.01.09)

Deparando-se com uma biblioteca ainda catalogada por culturas, António Pinto introduziu um sistema mais utilizado a nível internacional e conhecido das bibliotecas portuguesas, mas o mais importante foi tentar introduzir um sistema de catalogação dos livros e as três regras básicas de identificação do mesmo: título, autor e data da publicação.

Num local onde os livros ainda tinham que estar trancados e apenas eram retirados das prateleiras pelas funcionárias, sob o perigo de roubo, um roubo cultural baseado na grande vontade de saciar a cultura e a vontade de ler, António Pinto conseguiu perceber, numa curta estadia de três dias, em 2007, que “as pessoas tinham muita apetência para aprender”.

A ida deste responsável à Ilha do Sal deixa compreender que, perante este protocolo de cooperação, existiu e existe funcionamento operativo da diplomacia, pois os agentes sociais estão envolvidos na questão da cooperação, hoje já geminação. Uma ideia corroborada pelo ex-presidente da autarquia de Macedo de Cavaleiros, Luís Vaz.

“Tentei ao máximo envolver as forças vivas locais, nos sectores em que poderia haver cooperação. Levei ao Sal o presidente da Associação Comercial e Industrial de Macedo, e ainda membros da Misericórdia, do Piaget e da Câmara, tentámos que houvesse a maior aproximação possível.” (Entrevista Luís Vaz, 18.01.09)

### **10.1.1 Haverá funcionamento intelectual?**

“Os públicos-alvo deste protocolo são as populações de ambos os municípios” (Entrevista Beraldino Pinto, 20.01.09)

Este trecho da entrevista a Beraldino Pinto é bastante pertinente quando se sabe que não há qualquer funcionamento intelectual da diplomacia sem o

envolvimento da população, por isso pelo menos as intenções são, desde já, positivas.

Um dos pontos em que melhor funcionava o protocolo era no âmbito da Saúde. O actual autarca de Macedo de Cavaleiros garante que o Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros recebeu vários doentes cabo-verdianos, principalmente para a realização de intervenções cirúrgicas de ortopedia, uma vez que esta era a valência principal do hospital local. Estas iniciativas envolviam as populações locais no protocolo de cooperação, sendo que os cabo-verdianos eram os principais beneficiários directos com a vinda a Macedo de Cavaleiros, com estadia paga pela Câmara Municipal de Macedo.

*“Decidimos que queríamos envolver o Estado na questão da Saúde, mas a DGS (Direcção Geral de Saúde) colocou alguns obstáculos devido ao financiamento. Mesmo assim, decidimos trazer os doentes porque não estamos nos Estados Unidos da América, onde só tem direito à saúde quem tem dinheiro. Em Portugal, a partir do momento em que um doente entra num hospital tem que se tratado” (Entrevista Luís Vaz, 18.01.09)<sup>6</sup>*

Os doentes começaram mesmo a chegar aos hospitais de Macedo e de Bragança, apesar de todas as questões burocráticas com a DGS, e os custos eram suportados pelas duas autarquias.

*“Eles encarregavam-se dos doentes e de todos os custos desde a ilha do Sal até ao aeroporto em Lisboa. Depois nós assegurávamos o transporte, a entrada no hospital e o regresso ao aeroporto. Era assim que conseguíamos trazer doentes cabo-verdianos para serem tratados aqui” (Entrevista Luís Vaz, 18.01.09)*

Não há dados concretos que possam demonstrar a quantidade de doentes que foram tratados nos hospitais de Bragança e de Macedo, nem mesmo quando terminou a vinda de doentes cabo-verdianos. Contudo, Luís Vaz lembra alguns casos que o marcaram, acima de tudo crianças, que tinham doenças impossíveis de tratar em unidades hospitalares cabo-verdianas.

*“Lembro-me de pelo menos uma menina cega, uma menina com um tumor e de uma outra criança com hidrocefalia. Casos normalmente complicados” (Entrevista Luís Vaz, 18.01.09)*

---

6. Em anexo 3 apresentamos as cartas enviadas pelo município de Macedo de Cavaleiros e as recebidas do Ministério da Saúde que inviabilizavam a recepção de doentes, ou mais correctamente o não financiamento do tratamento dos mesmos.

Contudo, o actual presidente da autarquia de Macedo desconhece, com a integração do hospital local no Centro Hospitalar do Nordeste<sup>7</sup>, em 2005, que esta cooperação na vinda de doentes cabo-verdianos tenha continuado<sup>8</sup>.

No campo da Educação, o intercâmbio já funcionou melhor. Neste momento, em Macedo de Cavaleiros, não há qualquer aluno cabo-verdiano a estudar, e segundo Luís Vaz desde 2001 que não chega a Macedo qualquer estudante vindo do Sal, acabando aqui um dos objectivos máximos do inicial protocolo de cooperação. Um facto confirmado pelo desconhecimento da actual presidente do Campus do Piaget de Macedo.

Uma oportunidade que se transformava, para os cabo-verdianos, numa “alavanca profissional”, como conta Carmelita Antonita Martins, que esteve no Piaget de Macedo, de 1998 a 2001, a realizar o bacharelato<sup>9</sup> em Fisioterapia.

*“Não teria possibilidade de continuar os meus estudos se não fosse o intercâmbio. Terminei em Macedo um bacharel em Fisioterapia no ano 2001, Fiz o complemento de licenciatura em Vale do Sousa e agora sou bolseira do IPAD para o Mestrado de Psicologia Clínica e da Saúde.” (Entrevista Carmelita Martins, 08.12.08)*

Desde 2001 que já teve várias oportunidades profissionais, em Cabo Verde e em Portugal: foi docente da Unipiaget, coordenadora de um centro de fisioterapia estatal, fisioterapeuta a domicílio, e directora clínica e sócia de uma clínica de Fisioterapia.

*“Oportunidades essas que não se concretizariam se não fosse o intercâmbio.” (Entrevista Carmelita Martins, 08.12.08)*

Mesmo com a possibilidade de estudar em Portugal gratuitamente, os seus recursos eram poucos e não o teria conseguido se a autarquia não lhe tivesse garantido casa e alimentação, através do lar da Santa Casa da Misericórdia local, bem como o pagamento da propina, o material didáctico e os almoços na cantina do Piaget. Estas possibilidades foram-lhe concedidas pelo impulsionador do protocolo, na altura, Luís Vaz.

7. O serviço de cirurgia foi, inclusive, uma das valências extintas em Macedo de Cavaleiros com a reorganização dos serviços das três unidades hospitalares que compõem o CHNE.

8. Perante este cenário, tentámos, sem grande resultado, saber junto desta entidade se conhecia o protocolo e quais as suas intenções quanto à sua continuidade, a sua resposta nunca chegou por parte do Gabinete de Comunicação do CHNE.

9. Terminado o bacharelato em Fisioterapia, concluiu a licenciatura no mesmo curso mas no Vale do Sousa. Hoje é bolseira do IPAD no Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde.



*“Tinha 21 anos na época, deixei o meu emprego e parti em direcção ao desconhecido, só sabia que era muito frio, agradou-me também a revista do Piaget e as disciplinas do meu curso, por isso decidi partir. Ah... também foi muito importante o facto de nos garantirem casa e alimentação através do lar da 3ª idade de MC; propina, material didáctico e almoços na cantina do Piaget, bem como todo o apoio do Sr. Luís Vaz que na época era o Presidente da CMMC.” (Entrevista Carmelita Martins, 08.12.08)*

A cabo-verdiana diz hoje que não tem palavras para expressar a hospitalidade e a amabilidade de todos os que estavam envolvidos no intercâmbio.

*“Criei laços que até hoje preservo com muito carinho”. (Entrevista Carmelita Martins, 08.12.08)*

A possibilidade de ter vindo para Macedo de Cavaleiros, onde não há uma comunidade cabo-verdiana, como existe em Lisboa e noutras cidades portuguesas, permitiu-lhe absorver mais da cultura portuguesa e espalhar a sua durante os três anos que esteve nesta pequena cidade transmontana.

*“Fiz questão de fazer-lhes cachupa, de lhes preparar as nossas bebidas e quando íamos para as discotecas levávamos os nossos CD’S de funana e Ku duro e os donos dos bares e das discotecas que frequentávamos, mandavam colocar as músicas, e todas as pessoas dançavam e nos pediam para ensiná-los a dançar como nós. Passava fins-de-semana em casa de alguns deles e tinha a oportunidade de saber como viviam. É de salientar que a maioria dos meus colegas nunca tinham convivido com africanos e sentia-me orgulhosa, quando diziam que tinham gostado de me conhecer.” (Entrevista Carmelita Martins, 08.12.08)*

Na entrevista realizada a Carmelita, esta reconheceu que a população de Macedo tinha uma visão negativa de África, mas que foi remodelando há medida que o tempo foi passando. Reconhece também que a língua foi primordial para a sua boa integração, dando como exemplo a Rússia, onde teria sido bem mais tardia a sua convivência e a sua estadia mais centrada na aprendizagem da língua.

Julieta Afonso, fisioterapeuta, de Miranda do Douro, conheceu bem Carmelita Martins e garante que a convivência com a Cabo-verdiana foi “ótima”. Reconhece que apenas encontrou um obstáculo em Macedo de Cavaleiros e que não era um mal maior.

*“O pior obstáculo para ela foi o clima, acima de tudo no Inverno. Nunca se sentiu muito sozinha ao início, creio eu, porque*

*tinha cá mais dois colegas cabo-verdianos, um na Escola Superior de Educação e outro também no curso de Fisioterapia, na Escola Superior de Saúde” (Entrevista Julieta Afonso, 14.01.08)*

A fisioterapeuta fez questão ainda de frisar que o facto de ser negra, jamais fez com que Carmelita fosse colocada de parte, antes pelo contrário: “era como que uma coqueluche da turma”. Para caracterizar a cabo-verdiana, de forma a mostrar o seu estado de espírito durante a estadia em Macedo, resume Carmelita a duas palavras: “extrovertida e animada”.

A própria Carmelita o confirma, a integração foi, sem dúvida, muito boa e não houve qualquer problema na sua chegada e ao longo do tempo que fez estudos nesta instituição superior. Só o clima a preocupava e a fez pensar algumas vezes em desistir.

Em 2009, não há alunos cabo-verdianos a frequentar os cursos do Piaget de Macedo, nem doentes a serem vistos e operados nas unidades hospitalares que abraçaram o acordo, nem mesmo funcionários da autarquia do Sal a desenvolver qualquer tipo de formação na Câmara Municipal de Macedo, o que nos leva a depreender que tenha havido um pequeno passo atrás nas intenções do documento, muito embora o mais actual documento da geminação pretenda incidir em outros campos de cooperação, que não sejam apenas a educação e a saúde. O intercâmbio chegou, sem dúvida, ao funcionamento intelectual da diplomacia, mas neste momento resume-se ao funcionamento normativo e operacional.

Contudo, ainda muito pode ser feito para não deixar esmorecer este que pode ser um bom exemplo de diplomacia municipal.

“Eles têm a mesma atitude que nós quando estabelecemos uma parceria com algum país mais promissor, têm muitas expectativas em relação àquilo que lhes podemos dar. Mas, creio que as pessoas ainda não estão despertas para as suas verdadeiras necessidades.” (Entrevista António Pinto, 13.01.09)

O facto da cultura ser muito semelhante à nossa, são várias as potencialidades deste tipo de acordos e também relevante o papel que o poder autárquico neles pode exercer, acima de tudo porque está próximo das realidades do município com quem estabelece a parceria.

“Acho que há muitas possibilidades e potencialidades com estes protocolos e Portugal deve ser sensível a este tipo de questões. O poder autárquico tem muitas possibilidades para satisfazer as necessidades básicas da população e do local com o qual está geminado, porque está mais próximo da realidade do mesmo, muito

mais do que o Estado. Ao governo cabe estabelecer as políticas e as prioridades” (Entrevista António Pinto, 13.01.09)

No tempo que esteve no Sal, António Pinto conseguiu perceber que como se trata de uma comunidade muito pequena, os cidadãos têm mais conhecimento do protocolo com Macedo e expressam mais as suas ambições com o mesmo, do que propriamente os macedenses.

*“As pessoas sentem que há algo com Macedo e colocam expectativa no acordo, porque lá corre de boca em boca. O protocolo lá também é mais publicitado” (Entrevista António Pinto, 13.01.09)*

António Pinto defende que este tipo de protocolos e geminações devem ser “menos promissores”, mas que acabem por cumprir os objectivos a que se propõem, porque o mais importante é que as pessoas experimentem no terreno.

*“Não há como as pessoas virem cá e experimentarem no terreno, vivenciarem a situação” (Entrevista António Pinto, 13.01.09)*

Dos conhecimentos que os cabo-verdianos receberam, o responsável pela Cultura, Educação e Desporto de Macedo, refere que estes estão a “fazer pouco, mas bom” e salienta que “pequenas acções em Cabo Verde podem ter efeitos muito importantes”.

## Capítulo 11

# Considerações Finais

Há, pelo menos, três momentos chave na história da cooperação entre os municípios de Macedo de Cavaleiros e a Ilha do Sal, em Cabo Verde: 1999 - o ano em que se deu a aproximação dos municípios e foram estabelecidas as primeiras intenções e áreas de cooperação; 2002-2006 período de ligeira estagnação, em que se desconhecem, ou pelo menos não foram encontradas aquando desta investigação, quaisquer tipo de iniciativas que tenham envolvido a população dos dois municípios; 2007 em que Beraldino Pinto participa, em Janeiro, no 1.º Congresso das Câmaras Geminadas Luso Cabo-verdianas e se dá um novo impulso na cooperação, culminando com a assinatura da geminação em Setembro de 2008.

A diplomacia existe e provam-se que as intenções tanto do anterior executivo socialista, como do actual executivo social-democrata (de Macedo) são as melhores e que ambos os autarcas foram o elo de ligação dos dois concelhos, exercendo assim o papel de *diplomata*. Demonstra-se com esta investigação que as autarquias têm uma palavra a dizer nesta nova diplomacia cultural e nesta forma de cooperação internacional. Macedo de Cavaleiros é um exemplo concreto de trabalho realizado nesse sentido, muito embora possa e deva ainda ser aperfeiçoado. A diplomacia nesta relação é, sem dúvida, normativa e operacional. Claramente normativa, pois existem dois documentos que a sustentam e operacional porque os diversos agentes sociais de ambos os municípios envolvidos estão, de facto, activos em todo o processo e demonstram preocupação em colaborar e contribuir para a cooperação cultural.

As grandes dúvidas residem na funcionalidade intelectual da diplomacia. Não se condena o facto de ser relativamente pouca a população envolvida no intercâmbio, neste momento, nem mesmo se sobrevaloriza o facto de este ser um pressuposto que exige muito empenhamento por parte das Câmaras Mu-

nicipais. Contudo, denota-se que há desconhecimento da população local em relação à cooperação e pouco envolvimento da mesma em acções. De referir ainda que este envolvimento já foi maior, muito embora tenha sido uma cooperação exclusivamente unilateral. A vinda de doentes e de estudantes do Sal para Macedo, apesar de ter permitido uma restrita troca cultural, uma vez que nunca estiveram presentes em grande número, levou a uma retirada de maiores benefícios para os salenses. Mesmo assim, é de aplaudir que a cooperação tenha conseguido chegar a esse ponto. Desconhece-se qualquer participação da população macedense em iniciativas no Sal, e ainda o esperado aproveitamento dos fluxos turísticos do Sal para promover o turismo de natureza em Macedo.

Tal como Mongiardim (2007) distingue três tipos de funcionalidades da diplomacia, Milando (2005) distingue três tipos de desenvolvimento. É interessante fazer referência ao autor, pois encontramos trechos de desenvolvimento no Sal, proporcionados pelo município de Macedo de Cavaleiros. Estes acordos de cooperação e de gemação começaram, claramente, por estabelecer um *desenvolvimento-processo*, ou seja, um conjunto de práticas e dinâmicas sociais em curso, onde se incluem “as políticas, as instituições, os profissionais e os terrenos de exercitação” (MILANDO, 2005: 37), o *desenvolvimento-resultado*, que como o próprio nome indica baseia-se nos resultados reais que o primeiro desenvolvimento produz. No intercâmbio analisado constata-se várias acções colocadas em prática tendo por base as políticas e as metas propostas. E, finalmente, o *desenvolvimento-utopia*, quando as “metas e ideais permanentemente perseguidos, conferindo sentido e justificação às intervenções individuais e colectivas” (IBIDEM, 2005: 38). O próprio nome utópico justifica a clara dificuldade que existe em colocar, totalmente, em acção todos os pressupostos a que qualquer agente social se propõe.

Mesmo sendo limitada, a diplomacia exercida pelas autarquias, bem como a cooperação cultural é fundamental para o desenvolvimento dos povos africanos. É necessária uma maior transferência de recursos e de poder de decisão do Estado para as Câmaras Municipais, pois são estes organismos que estão mais facilmente enquadrados nas reais necessidades dos seus parceiros, uma vez que, se não se debatem, já se debateram no terreno com problemas idênticos. E, apesar de ainda não terem encontrado a forma ideal de o fazer, são as autarquias quem mais facilmente, no seio dos protocolos de cooperação e gemação, vão conseguir colocar em convivência e intercâmbio as populações.

“Sem a descentralização não é possível qualquer estratégia viável de promoção da participação das populações no processo de desenvolvimento” (MILANO, 2005: 48).

Contudo, nota-se que a descentralização ainda está apenas a ser aproveitada para a melhoria da eficiência governativa e não para o reforço do poder da população.

“Importa diferenciar uma participação real, susceptível de emancipar as populações, tornando-as sujeitos da sua própria História, daquele outro tipo de participação que tende a domesticar e desmobilizar as pessoas, suprimindo os seus saberes, para substituir os desenvolvimentismos”. (IBIDEM, 2005: 49)

Entre Macedo de Cavaleiros e a Ilha do Sal sublinha-se uma relação de diplomacia municipal, com vista a um intercâmbio e cooperação cultural, que é já um primeiro passo para esta nova diplomacia descentralizada, mas que aufere de um longo caminho pela frente para percorrer.

## Capítulo 12

# Bibliografia

### Obras

- AAVV (1999): *Bem Comum dos Portugueses*. Lisboa: Edições Veja.
- BELL, J. (2004): *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- CARIA, T.H. (2003): *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem.
- COSTA, M. do R. C. (2005): *Redes Intermunicipais: uma nova dimensão no quadro das CPLP?* Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- LOPES, V. S. (1993): *Iniciação ao Jornalismo*. Lisboa: Editora Quid Júris?
- MILANDO, J. (2005): *Cooperação sem desenvolvimento*. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- MONGIARDIM, M. R. (2007): *Diplomacia*. Coimbra: Almedina.
- MOREIRA, A. (1977): *A Nação Abandonada*. Lisboa: Intervenção.
- (1985): *Saneamento Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- (1984): *Política Internacional das Minorias e Comunidades*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- (1984): *Factores de Coesão e Dissociação da Nação Portuguesa*. Lisboa: ISCSP – Universidade Técnica de Lisboa.
- (2001): *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- MOSCA, João (2004): *S.O.S. África*. Lisboa: Edições Piaget, Economia e Política.

## **Revistas**

SILVEIRA, Onésimo (2003): *A Nação Cabo-verdiana e os desafios da globalização*. In AFRICANA, Centro de Estudos Africanos e Orientais, Universidade Portucalense, n.º 26/27.

## **Bibliografia da web**

<http://www.portugal.gov.pt/portal>

<http://www.anmp.pt>

<http://africatodayonline.com/pt/noticia/2313>

[www.dgicd.min-edu.pt/lingua\\_portuguesa/linguaportugmundo.asp](http://www.dgicd.min-edu.pt/lingua_portuguesa/linguaportugmundo.asp)



# **Anexos**

## 12.1 Protocolo de Cooperação



### PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO ENTRE OS MUNICIPIOS DE MACEDO DE CAVALEIROS E DO SAL

#### PREÂMBULO

Considerando as afinidades históricas, linguísticas e culturais entre Portugal e Cabo Verde, fruto de uma vivência comum de 500 anos.

Considerando a natural empatia entre os dois povos irmãos de Cabo Verde e Portugal que urge não só manter viva, como ainda reforçar cada vez mais.

Considerando tratar-se de dois povos soberanos, com regimes democráticos consolidados e que lutam pela melhoria das suas condições de vida, em contextos políticos distintos.

Considerando a vontade expressa pelos Municípios de Macedo de Cavaleiros e do Sal, em promover a amizade e a cooperação em prol das respectivas populações.

Considerando as áreas identificadas como prioritárias para a promoção da cooperação entre os dois Municípios, nomeadamente a Autárquica, a do Ensino e a da Saúde.

Os Municípios de Macedo de Cavaleiros e do Sal complementados com esforços de cooperação dos respectivos governos, decidiram promover a celebração do presente protocolo envolvendo também outras instituições, ligadas às áreas da Saúde e da Educação.

Assim:

Aos 26 dias do mês de Junho de 1999, entra a Câmara Municipal do Sal, a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, a Escola Superior Jean Piaget Nordeste, o Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros e o Hospital Distrital de Bragança, a seguir designados respectivamente por C.M.S., C.M.M.C, E.S.J.P.N., H.D.M.C e



H.D.B. é celebrado o protocolo de cooperação nas áreas Autárquica, do Ensino e da Saúde, que se rege pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula 1ª**

Constitui objecto do presente protocolo, a promoção da cooperação nas áreas acima referidas e sobretudo o estreitamento de laços de amizade entre os Municípios do Sal e de Macedo de Cavaleiros, as Instituições sediadas nos respectivos territórios e as respectivas populações.

**Cláusula 2ª**

Compete à C.M.M.C.:

1. Garantir anualmente um estágio remunerado a um funcionário da C.M.S., em Macedo de Cavaleiros.
2. Garantir no início de cada ano lectivo a oferta de material escolar a cada aluno do ensino básico do Sal, nos moldes em que o fizer em Macedo de Cavaleiros.
3. Promover anualmente e por um período de 15 dias, a participação de cinco crianças (10/15 anos) do Sal nas actividades de Verão dirigidas às crianças de Macedo de Cavaleiros.
4. Promover intercâmbio cultural entre os dois Municípios.
5. Enviar o Boletim Municipal e outras publicações à C.M.S. e a todas as Associações e Instituições do Sal.
6. Garantir o transporte até Lisboa de materiais e equipamentos oferecidos ao Sal no âmbito do presente acordo.



*J. M. D. Miguel Midões*

7. Garantir o transporte Lisboa, Macedo de Cavaleiros, Lisboa de todos os Salenses que se desloquem a Portugal, no âmbito do presente acordo.
8. A oferta de Equipamentos de acordo com a sua disponibilidade.

#### Cláusula 3ª

Compete à E.S.J.P.N.:

1. Garantir a matrícula e frequência de seis alunos do Sal em Macedo de Cavaleiros. Estas seis vagas serão vagas adicionais a autorizar pelo Ministério da Educação da República Portuguesa.
2. Garantir a frequência de outros alunos em moldes a acordar bilateralmente.

#### Cláusula 4ª

Compete ao H.D.M.C.:

1. Promover anualmente o tratamento gratuito de 10 doentes do Sal, nas áreas da Ortopedia, Medicina Física e Reabilitação.
2. Promover a oferta de material hospitalar ao Hospital do Sal, em moldes a definir, de acordo com as necessidades deste e as disponibilidades do H.D.M.C.
3. Garantir estágios na área da enfermagem e reabilitação, nomeadamente dos alunos a formar na E.S.J.P.N..



*[Handwritten signatures and initials]*

**Cláusula 5ª**

Compete ao H. D.B.:

1. Garantir anualmente o tratamento gratuito até 20 doentes do Sal nas especialidades existentes neste Hospital.
2. Promover a oferta ao Hospital do Sal de material hospitalar, de acordo com as necessidades deste e as disponibilidades do H.D.B..
3. Garantir estágios para médicos, enfermeiros e outros técnicos.

**Cláusula 6ª**

Compete à C.M.S.:

1. A selecção dos Salenses que se deslocarão a Macedo de Cavaleiros (alunos, doentes e crianças) no âmbito do presente acordo.
2. Garantir a entrega nas Instalações do Sal de materiais e equipamentos que a elas sejam oferecidos no âmbito do presente acordo.
3. Enviar à C.M. e a outras instituições de Macedo de Cavaleiros o Boletim Municipal e outras publicações do Município do Sal.
4. Garantir anualmente o apoio necessário à permanência de cinco crianças (10/15 anos) de Macedo de Cavaleiros, por um período de 1 semana, no Sal.
5. Promover o intercâmbio cultural entre os dois Municípios.
6. Garantir o apoio necessário à permanência no Sal de equipas médicas que aí se desloquem para graciosamente prestar cuidados de saúde à população, em moldes a acordar caso a caso.



#### Cláusula 7ª

1. O presente protocolo significa o início da colaboração entre o Sal e Macedo de Cavaleiros no sentido da concretização do objecto definido na Cláusula 1ª.
2. As partes comprometem-se ainda a dar seguimento e apoio a todas as actividades que resultem do protocolo e, num sentido mais lato, a dar corpo ao fortalecimento dos laços da C.P.L.P..

#### Cláusula 8ª

O presente protocolo de colaboração produzirá efeitos a partir da sua ratificação pela Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros e pelo prazo de cinco anos, podendo ser renovado se nisto houver interesse das partes.

#### Cláusula 9ª

O presente protocolo de colaboração e cooperação poderá ser revisto se ocorrerem alterações anormais e imprevisíveis das circunstâncias que determinam os seus termos.

Macedo de Cavaleiros, 26 de Junho de 1999



## ACORDO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS E O MUNICÍPIO DO SAL

### Preâmbulo

Considerando as afinidades históricas, linguísticas e culturais entre a República de Portugal e a República de Cabo Verde, fruto de uma vivência comum de 500 anos

Considerando tratar-se de dois povos soberanos, com regimes democráticos consolidados e que lutam pela melhoria das condições de vida em contextos políticos distintos.

Considerando a vontade expressa pelos Municípios de Macedo de Cavaleiros e do Sal, em reforçar os laços de amizade e de cooperação em prol das respectivas populações.

Considerando que a cultura, a educação e a formação profissional, o desporto e a saúde podem ter um efeito multiplicador na criação de condições de bem-estar e desenvolvimento das respectivas comunidades.

Os Municípios de Macedo de Cavaleiros e do Sal, complementados com os esforços de cooperação dos respectivos governos, decidiram promover a celebração do presente acordo de geminação.

Assim:

Aos 15 dias do mês de Setembro do ano de 2008, entre a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, da República de Portugal, aqui representada pelo seu Presidente, Eng. Beraldo José Vilarinho Pinto

e

A Câmara Municipal do Sal, da República de Cabo Verde, aqui representada pelo seu Presidente, Dr. Jorge Eduardo St' Aubyn Figueiredo,

É celebrado o presente Acordo de Cooperação que permitirá materializar programas que facilitem a efectiva aproximação e cooperação entre as duas instituições e os seus representados, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

### Cláusula 1ª

Os contratantes propõem-se a cooperar, tanto quanto possível, em programas de desenvolvimento, encorajando e dinamizando várias iniciativas, quer a nível municipal quer da sociedade civil dos respectivos municípios, designadamente nas seguintes áreas:

- a) Educação (Ensino e Formação Profissional);
- b) Intercâmbio a nível cultural e desportivo;
- c) Protecção Civil;
- d) Saúde;
- e) Outras formas que os dois Municípios acordem entre si.

**Cláusula 2ª**

As duas partes facilitarão e encorajarão o intercâmbio entre colectividades, cooperativas, associações, empresas e outras expressões organizativas dos respectivos Concelhos.

**Cláusula 3ª**

O financiamento e a coordenação dos vários projectos de cooperação serão fixados em programas específicos, caso a caso, procurando-se prioritariamente atrair apoios exteriores aos municípios.

**Cláusula 4ª**

A cooperação entre os dois municípios, embora versando vários domínios, deverá procurar constituir um todo coerente, concretizado em projectos bem identificados e bem definidos no tempo e coordenados pelos respectivos Presidentes das Câmaras Municipais.

**Cláusula 5ª**

Cada uma das Edilidades ora outorgantes compromete-se a cumprir e a fazer cumprir o presente Acordo, segundo os ditames de boa-fé.

**Cláusula 6ª**

O presente acordo entrará em vigor na data da sua assinatura e terá duração indeterminada, podendo ser denunciado por qualquer das partes, após notificação por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Espargos, Ilha do Sal, aos 15 dias do mês de Setembro do ano de 2008

O Presidente da Câmara Municipal de MacEDO de Cavaleiros  
  
Eng. Beraldo José António Pinto

O Presidente da Câmara Municipal do SAL  
  
Dr. Jorge Eduardo St. Aubyn de Figueiredo



Administração Regional de Saúde do Norte  
Conselho de Administração

Ministério da Saúde

11341 28-5 '99

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALHEIROS  
RECEBIDO EM 23/06/02 14:16  
RESPONSABILIDADE DA PREL. Nº. 1  
PROCESSO Nº.

Exm. Senhor  
Eng.º Manuel Luis Gomes Vaz  
Digm.º Presidente da Câmara de  
5 340 Macedo de Cavaleiros

Sua referência DATA Nossa referência DATA  
CA

**ASSUNTO: Protocolo de Cooperação e Colaboração entre os Municípios de Macedo de Cavaleiros e do Sal**

Para conhecimento de V.Ex.º, junto envio fotocópia do ofício 5581 de 17 de Maio corrente do Gabinete de Sua Excelência a Ministra da Saude e anexos, sobre o assunto acima referenciado.

Com os melhores cumprimentos. *Jessora*

O Presidente do Conselho de Administração  
*José A. P. H.*  
/TM

*As Dep. Adm. Geral / J. Vaz  
aprim. nos próximos dias  
em 22.07.01*



Exmº Senhor  
Chefe de Gabinete de  
Sua Excelência a Ministra da Saúde  
Av. João Crisóstomo, 9  
1000 Lisboa

Sua referência      Sua comunicação de      Nossa referência      Data  
624/003CV-DCI

Em referência ao vosso ofício nº 1135 de 04 de Fevereiro, junto em anexo o parecer jurídico elaborado nesta Direcção-Geral.

Mais informo V. Exa que esta Direcção-Geral, concorda em absoluto, com a posição do Presidente do Conselho de Administração da Administração Regional de Saúde do Norte.

Obviamente que as autarquias são entidades autónomas, que podem estabelecer protocolos de cooperação sem que o Ministério da Saúde tenha que se pronunciar. Mas, no caso presente e essencialmente no que se refere na Cláusula 4ª e 5ª, entendemos que são atribuições claras do Ministério da Saúde que, quanto a nós devam ser contempladas nos Acordos existentes entre os dois Ministérios.

No entanto a Divisão de Cooperação Internacional, coloca-se à inteira disposição dos Hospitais de Bragança e de Macedo de Cavaleiros para, no âmbito dos Acordos existentes, haver um intercâmbio preferencial com o Hospital do Sal.

Para tal sugerimos um contacto directo através do Telef. 3824624 para se analisar o enquadramento destas acções.

Com os melhores cumprimentos,

O Coordenador da Cooperação Bilateral

J. Lopes Martins, Prof. Doutor



843 05 00  
Linha azul: 847 77 52 / 847 57 51

Telefax:  
843 05 30



**PARECER**

**Assunto:** projecto de protocolo de cooperação e colaboração entre os municípios de Macedo de Cavaleiros e do Sal

Tendo-me sido solicitado parecer sobre o assunto em epígrafe, cumpre-me elaborá-lo, nos termos e fundamentos seguintes:

O presente projecto de protocolo não reúne as condições desejáveis para que esta Direcção-Geral se pronuncie favoravelmente.

Para além do incorrecto enquadramento do segundo parágrafo do preâmbulo, que sempre é, desejavelmente, definidor do universo de aplicação, em primeiro lugar trata-se de um protocolo entre os dois municípios supra referenciados, mais só de cooperação do que também de colaboração, envolvendo depois no seu âmbito de execução instituições que não tutelam, o que representa incompetência legal absoluta em sede de pelouros absorvidos, mesmo que por aplicação da cláusula 8ª seja ratificada ministerialmente, lesando assim a natureza jurídica das autarquias, tanto mais que apenas sujeitas a apreciação de mérito por parte da Administração Central, de harmonia com o disposto na Lei nº27/96, de 1 de Agosto (enquadrada pela Carta Europeia de Autonomia Local, adoptada pelo Decreto do Presidente da República nº 58/90, de 23 de Outubro) para já não referir a pouca precisão quanto à interacção proposta e respectivo volume.

Com efeito, o presente protocolo teve a preocupação suficiente de expressar a necessidade de submissão a autorização dos



Ministério da Saúde  
Direcção-Geral da Saúde

Ministérios de Cabo Verde (cláusula 10ª), mas extrapola competências que necessitam de igual tratamento nacional, cláusula 8ª (aliás, à semelhança do que na cláusula 3ª se refere quanto à E.S.J.P.N.).

Considerando a natureza jurídica das instituições envolvidas, principalmente a autarquia e as instituições hospitalares em apreço, bastará a esta Direcção-Geral pronunciar-se quanto às cláusulas 4ª e 5ª nos seus nºs 1 as quais só se compreendem no âmbito dos protocolos de cooperação bilateral, definidos nacionalmente, sob pena de se ultrapassarem as dotações previamente acordadas.

Depois, não definem, ainda, a quem se imputam os encargos, pese embora se não possa deixar de compreender e interpretar que sejam da responsabilidade das instituições.

Tal como os encargos inerentes à garantia a dar quanto aos estágios citados, quer em termos directos, quer em termos indirectos; ou seja, não devendo tipificarem-se substituições legais a título laboral em função da fundamentação de disponibilidade de pessoal no âmbito deste protocolo.

Direcção-Geral da Saúde, 11 de Março de 1999,

O Técnico Superior de 2ª

(Luís de Salles Camejo)